

Notas de um assassinato:

A historiografia mato-grossense e a construção da memória política do governador
Antônio Paes de Barros (1903 – 1906)

GILMARA YOSHIHARA FRANCO*

Resumo: O texto trata do assassinato do governador Antônio Paes de Barros, ocorrido em Cuiabá em julho de 1906. O governador, antes aliado do grupo político liderado pelos irmãos Joaquim e Manoel Murinho, foi morto quando buscava certa independência na tentativa de se tornar ele próprio um mandatário local. O episódio, que inclui cerco à cidade de Cuiabá, fuga e perseguição, fomentou a construção de inúmeros discursos que (re)contavam a vida de Antônio Paes, ao sabor de seus oponentes e segundo os seus interesses. O trabalho se utiliza de referenciais da biografia e da memória, ambientalizadas na cidade de Cuiabá, aqui compreendida como espaço central de disputa do poder. Mas do que o episódio do assassinato do governador, este texto toma o evento para analisar as práticas políticas e o exercício do poder em Mato Grosso.

Palavras-chave: Cultura Política; Primeira República; Memória; Historiografia.

A escrita da história política mato-grossense possui muitos hiatos. Boa parte da historiografia tem dado preferência ao estudo do período colonial e as abordagens sobre a ocupação do espaço e a exploração aurífera têm tido lugar hegemônico; é compreensível, pois o ídolo das origens sempre nos instiga a revirmos os baús onde se encontra “supostamente” o início de uma trajetória.

Com relação ao estudo do político, além de serem poucos, os trabalhos até aqui produzidos mostram a opção por um recorte cronológico tradicional, onde dominam as narrativas lineares e factuais. Em outras palavras, como escreve Norra (1988:180), o que grande parte das narrativas produzidas sobre a problemática do político em Mato Grosso procura é “retomar todo o passado através de uma série de acontecimentos constituídos por uma reunião de fatos”. São exemplos desse tipo de escrita as obras de autores

* Doutoranda em História pela Unesp/Franca.

tradicionais como é o caso de Virgílio Corrêa Filho¹, ícone e referência obrigatória da historiografia local, passando por uma série de memorialistas ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, como Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita e Lenine Póvoas. Mais recentemente, trabalhos acadêmicos como os de Valmir Batista Corrêa², João Edson de Arruda Fanaia³, Lauro Virgínio de Souza Portela⁴ e Alfredo da Motta Menezes, (a este último trabalho retornaremos adiante), têm procurado incorporar aportes teóricos, visando analisar a história política local com mais profundidade analítica.

A opção por esse tipo de narrativa dominante na historiografia local, ao nosso ver, encerra inúmeras armadilhas. A primeira, e talvez a fundamental, é a da dicotomia entre o *real* e seu *discurso*. Ao privilegiar a narrativa linear e factual, seguindo a cronologia dos acontecimentos como forma de deslindar os inúmeros acordos e dissensões que marcam os primeiros anos da República em Mato Grosso, os textos caem na armadilha de que, ao repetir um suposto real, acabam por esconder a produção de sentidos contida nos discursos. Explica-se: essa postura, que talvez se justifique pelo afã de tentar tornar compreensível o emaranhado político daquele período, e explicar a causa imediata que levava ao fim abrupto dos governos em Mato Grosso, não foi, ainda,

¹ A obra de Virgílio Corrêa Filho, que destaca livros sobre o cenário histórico mato-grossense, entre os quais, *Mato Grosso* (1922) e *História de Mato Grosso* (1969) são fundamentais para compreendermos a construção de uma história/memória oficial do estado. Ao meu ver, o uso da obra desse autor como referência para todos os pesquisadores que o sucederam contribui para a perpetuação de aspectos que caracterizam uma determinada representação da história local.

² Publicado em 1985, sob o título *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*, o trabalho de Valmir Batista Corrêa é resultado de sua tese de doutoramento. O trabalho tem como recorte o período de 1889 a 1943. Ao abordar as práticas políticas locais, o autor dá ênfase ao papel da violência como forma de *modus vivendi* da região e proporciona um avanço, sobretudo no que diz respeito à questão das lutas (intra)oligárquicas.

³ A tese de João Edson de Arruda Fanaia foi defendida em 2006. Adotando um recorte clássico, o autor estuda o perfil formador da elite mato-grossense, como se estabeleceram as relações políticas entre o estado e a federação e as estratégias utilizadas pela elite local para se estabelecer no poder. Esse é um estudo que avança significativamente no sentido de usar conceitos como os de cultura política para a verificação das hipóteses levantadas pelo autor. Entretanto, ao se debruçar sobre a individualização dos atores políticos (origem, grau de instrução, profissão), e depois considerá-los genericamente como “elite”, o trabalho permite que novas interpretações avancem no sentido do entendimento da cultura e das práticas políticas locais.

⁴ O trabalho de conclusão do mestrado de Lauro Virgínio de Souza Portela, defendido em 2009 (A), embora também adote o recorte temporal clássico (1889-1930), busca ir além da interpretação conceitual mais comum sobre o coronelismo e traz importantes elementos que permitem compreender a singularidade do político em âmbito local. De maneira bastante original, o autor destaca o uso político da Guarda Nacional nas primeiras décadas da República no Brasil para a manipulação dos votos e a legitimação do mando como elemento central em sua análise.

relacionada e analisada devidamente com as formas do político que usualmente caracterizam o político no Brasil de então.

Desse modo, tais trabalhos, ao prenderem-se demasiadamente a um suposto real “destinado(s) a dizer *o outro*, permanece(m) seu *discurso* e o espelho de sua operação”, conforme postula De Certeau, (1999: 46 grifos do autor). Ainda conforme De Certeau, em diálogo com o trabalho de Roland Bathes, o que a produção ou o fazer histórico se propõe é se prender “menos ao real do que ao inteligível”. Nesse sentido, é que objetivamos compreender, neste trabalho, mais a produção de sentido em torno da narrativa sobre a atuação política do governador Antônio Paes de Barros, assassinado em 1906, do que necessariamente discorrer sobre os fatos que compõem a conjuntura em que se insere sua trajetória política.

Pontuamos, desse modo, que as narrativas

São relativas à resposta que cada autor dá a questões análogas no presente. Ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise de documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação. (DE CERTEAU, 1999: 34)

Partindo desse pressuposto, o que pretendemos com este trabalho é nos debruçar sobre os efeitos provocados pela produção do discurso sobre um momento específico da história política republicana em Mato Grosso: a trajetória política e o conseqüente assassinato do governador Antônio Paes de Barros, ocorrido em julho de 1906, para revelar uma das características da cultura política típica do Brasil da Primeira República: a violência.

1. Características das práticas políticas nos primeiros anos do período republicano: o caso de Mato Grosso

A proclamação da República no Brasil provocou alterações no cenário das práticas políticas, tanto em âmbito nacional quanto nas diversas regiões do Brasil.

Gerado num curto espaço de tempo, o regime republicano abriu espaço para disputas de poder entre grupos oligárquicos que, de maneiras distintas, foram gestados

ainda no período imperial. Depois do momento inicial de efetivação do governo republicano,

[...] desencadeia-se um processo violento em que o plano estadual e o federal influenciam-se mutuamente. A luta dos grupos pela hegemonia é complexa porque as lideranças – ex-monarquistas, republicanos, militares – agem, em geral desordenadamente, prendendo-se a interesses locais e coronelísticos, e não a fórmulas ideológicas ou partidárias (CARONE, 1974:18).

As disputas que existiram durante a Primeira República podem ser percebidas como processo de acomodação de poderes e redefinição dos papéis que cada grupo desempenharia a partir daquele novo contexto e, a violência como uma linguagem desse processo. Em outras palavras, conforme escreve Lessa (1988), percebemos o início do regime republicano como um período de rotinização de novas práticas políticas e como tal inscrito sob uma série de características que o singulariza e o distingue no tempo.

Da mesma maneira que as demais unidades da recém criada Federação, Mato Grosso não passou ao largo dos rearranjos entabulados pela política no plano nacional, ao contrário, foram intensas as movimentações em torno das principais lideranças na região, culminando, não raro, em conflitos armados em que a violência era um dos seus aspectos constitutivos.

A notícia da Proclamação da República chegou a Mato Grosso com atraso, no dia nove de dezembro de 1889. É curioso que na noite do dia oito de dezembro a elite mato-grossense, reunida, homenageava o Império que nem existia mais. Na manhã posterior à festa, a notícia da República já em andamento chegou junto com a nomeação do general Antonio Maria Coelho, comandante da retomada de Corumbá na guerra do Paraguai, para o cargo de governador do estado. O general foi escolhido por Deodoro da Fonseca, mas, como ainda não tinha muitas ligações com grupos da elite local, iniciou sua administração sem relação com quaisquer partidos. Posteriormente, no início do ano de 1890, foram criadas duas agremiações partidárias que agregaram antigas forças locais, sendo elas: 1) o Partido Nacional, criado pelo governador indicado por Deodoro da Fonseca e apoiado pela Assembléia de Mato Grosso, o general Antonio Maria Coelho e 2) o Partido Republicano, fundado pelo coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce, reunindo as forças opositoras⁵.

⁵ O Partido Nacional foi formado por membros do Partido Conservador do Império, republicanos

A partir de então, um cenário complexo que envolvia partidos políticos insipientes e atores políticos capazes de influenciar e mobilizar poder econômico, prestígio político e homens armados dispostos a lutar passaram a compor, por excelência, o universo político do estado. Nota-se que grupos que antes apoiavam e se beneficiavam da estrutura imperial agora tentavam se adequar aos novos tempos sem perder a influência anteriormente conquistada, com o intuito de ascender politicamente na federação, numa série de acordos e rompimentos que caracterizou a instável política do estado de Mato Grosso.

Passado o breve período do governo de Antonio Maria Coelho, de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890, os interesses estaduais passaram a girar em torno da teia política tecida e influenciada pelos interesses de Generoso Ponce⁶ e da família Murtinho. A tentativa de se impor hegemonicamente fez com que esses grupos mobilizassem forças para conquistar o poder numa luta que teve inúmeros episódios até o ano de 1917, ocasião em que houve uma intervenção federal em Mato Grosso. A partir daquele momento, as lutas pelo poder em âmbito local não deixaram de ser renhidas; o que saiu de cena foram os embates pautados pela violência explícita.

Desde a proclamação da República em 1889, até o ano de 1917, apenas um dos governadores eleitos em Mato Grosso, Joaquim Augusto Costa Marques, 1911-1915, conseguiu concluir o mandato. Os demais, envoltos na disputa pelo controle do aparato político local, tiveram seus governos interrompidos em decorrência de embates políticos. Em três momentos desse intrincado cenário de ascensão e queda de governadores, 1892, 1899 e 1906, ocorreu aquilo que a historiografia mato-grossense denominou de “Revoluções”.

Contrariando a definição clássica do termo, as “revoluções” em Mato Grosso se caracterizaram pelo acirramento das disputas políticas, chegando ao extremo, caracterizado pelo conflito armado. Ao pé da letra, as lutas visavam usurpar o cargo de governador do grupo que estivesse no comando e entregá-lo ao lado que se achava no

históricos e alguns liberais. O Republicano reuniu a maioria dos membros do ex-Partido Liberal. Ver: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. 2 ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

⁶ Generoso Ponce era comerciante e proprietário de terras em Mato Grosso e iniciou sua carreira política ainda no Império. Após a Proclamação da República fez alianças e travou diversos confrontos com os membros da família Murtinho que eram seus principais antagonistas. Juntamente com Joaquim Murtinho, esteve no primeiro plano da política mato-grossense até a morte de ambos, ocorrida no ano de 1911.

direito de exercer o mando político. O palco desses acontecimentos foi a cidade de Cuiabá⁷, que era ao mesmo tempo capital e o centro político e econômico do estado.

Entender o significado da “demonização” da atuação política do governador Antonio Paes de Barros é também compreender o processo da construção de sentido do político local que, no limite, estas disputas significam. É, também, tentar compreender uma das etapas de rotinização das práticas políticas locais e, além disso, entrever os vestígios da cultura política nacional que, naquela conjuntura, mobilizava os atores sociais em torno da (re)organização do campo político aos moldes republicano.

Naquele espaço-tempo de (re)acomodações das forças políticas, particularmente na primeira década e meia republicana, não foram poucas as vezes em que a violência pautou a disputa por espaço político no Brasil. Para além dos episódios de maior vulto como a Revolta da Armada (1891 e 1893), a Revolução Federalista (1893-1895) e a Guerra de Canudos (1896-1897), nas mais diversas regiões, a falta de densidade republicana para o debate e a luta partidária, que na grande maioria dos estados contava com partidos insipientes, resultou em disputas que se resolviam pelo uso da força.

Mato Grosso não fugiu a esse quadro. Ter a capacidade de mobilizar homens em armas era sinônimo de prestígio político e o uso desse recurso se tornou fundamental na resolução de determinados impasses, acordos rompidos, honras ofendidas, entre outras situações que passam a compor a rotina do processo de formação de um novo campo político em âmbito local.

Característica marcante do fenômeno coronelístico⁸ mato-grossense, os embates armados, as lutas de distintas dimensões iam do linchamento de um opositor em uma

⁷ Além de Cuiabá, Miranda, Corumbá, Santa Ana do Paranahyba, Diamantino, Rosário do Rio-Acima, Poconé, São Luiz de Cáceres e Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade) eram as localidades que concentravam maior contingente populacional à época. A partir da inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, que ligava Bauru- São Paulo- a Corumbá, Mato Grosso, a cidade de Campo Grande, (hoje capital de Mato Grosso do Sul), passou a aglutinar as lideranças políticas do sul do estado e a disputar com Cuiabá o posto de centro econômico. Esse fato assustou a elite cuiabana que passou a atuar das mais diversas formas para não perder sua hegemonia política.

⁸ Em um artigo bastante esclarecedor onde desenvolve uma importante discussão conceitual, Murilo de Carvalho define o fenômeno coronelístico como sendo “...um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste ao seu domínio no Estado.” CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

rua de Cuiabá⁹ ao cerco da capital; de uma ação pontual que tinha como alvo um indivíduo aos atos coletivos previamente organizados.

1.2 A “revolução” de 1906 e a morte do governador Antônio Paes de Barros

Um dos episódios mais controversos e marcantes nesse processo de rotinização das práticas políticas em Mato Grosso ocorreu em 1906, com a deposição e conseqüente assassinato do então governador Antônio Paes de Barros. Totó Paes, como era conhecido, havia há pouco entrado para o universo da política local.

Nascido em Cuiabá, em 1851, Antônio Paes de Barros, segundo seu biógrafo Antônio Fernandes de Souza (2001)¹⁰, usou os recursos da herança paterna para adquirir a fazenda Itaici, onde funcionava um antigo engenho. Em 1896, com aporte de capitais da instituição financeira alemã, dirigida na Argentina por Otto Franke, construiu uma moderna usina de açúcar e aguardente, que entrou em atividade logo no ano seguinte¹¹.

A projeção econômica aproximou Totó Paes da atividade política e do grupo liderado pelos irmãos Joaquim e Manuel Murtinho¹². Depois de uma breve passagem pela assembleia estadual, Totó Paes se destacara como força política por ter liderado, na “revolução” de 1899, as tropas que afastaram temporariamente do predomínio da política local o coronel Generoso Ponce, liderança que disputava contra os irmãos Murtinho a hegemonia do mando em Mato Grosso¹³.

⁹ Aqui nos referimos ao linchamento do agrimensor Ramon Jackwiskc, ocorrido em agosto de 1899. Ao cruzar com o então senador Generoso Ponce em uma rua de Cuiabá, Ramon teria discutido com Ponce e desferido contra esse uma bengalada. O resultado foi que, ao saber do acontecimento, os partidários do senador perseguiram e lincharam Ramon em plena rua. O episódio, conhecido como *ramonada*, ocorreu no início do período de eclipse da influência política de Ponce, que durou efetivamente de 1899 a 1906.

¹⁰ Antonio Fernandes de Souza trabalhou com Totó Paes na usina Itaicy e no governo do estado, entre 1903 e 1906. Publicou a biografia do ex-governador mato-grossense, inicialmente, em 1958.

¹¹ Além da usina de Itaici, havia ainda no entorno da capital Cuiabá as usinas Conceição, Maravilha, Flexas, Aricá, Tamandaré e Ressaca, todas destinadas à produção de açúcar e aguardente.

¹² Joaquim Murtinho se destacou no cenário político nacional como ministro da fazenda do governo Campo Sales (1898-1902), sua atuação na política mato-grossense se dava a partir do Rio de Janeiro. Seu irmão e correligionário político Manoel Murtinho era juiz de direito em Cuiabá, após o término de seu mandato como governador do estado em 1895, também passou a influenciar a política mato-grossense a partir da capital federal.

¹³ Nesse processo de consolidação da aliança entre Antonio Paes de Barros e a família Murtinho, há um outro fato, narrado de forma apaixonada pela historiografia tradicional mato-grossense, que é o caso do massacre da Baía dos Garcez. Esse episódio, que envolve o assassinato de 16 ou 17 pessoas, todavia está prenhe de indícios que precisam ser esclarecidos. Preliminarmente, apontamos algumas

Na eleição para o governo do estado, realizada em fevereiro de 1903, concorreram duas chapas, uma apoiada por Joaquim Murtinho, à época senador, e encabeçada por Antonio Paes de Barros, e a outra encabeçada por Manuel da Costa Marques que era apoiado por Generoso Ponce que, com o fim do seu mandato senatorial em 1902, passara a se dedicar a seus empreendimentos comerciais, embora não tenha se afastado das lides políticas. A influência dos Murtinho foi decisiva para a vitória de Totó Paes.

Com a saída de Generoso Ponce do Senado, [a política em Mato Grosso] caminhou por algum tempo tranqüila. Totó Paes e os irmãos Murtinho acreditavam que Ponce estivesse politicamente “morto”, como aparece em mais de uma correspondência. Ele se retirou para Corumbá e voltou à atividade comercial com a firma Ponce, Azevedo & Companhia. (MENEZES, 2007: 109)

Durante seu mandato, todavia, Totó Paes se afastou gradativamente da esfera de influência dos Murtinho, estabelecendo contato direto com o então presidente Rodrigues Alves (1902-1906), de quem, respeitando a recém implementada política dos governadores, recebeu amplo apoio político. Essa atitude do governador feriu de morte os brios de Joaquim Murtinho que, à época, pertencia ao bloco de oposição a esse governo, o qual contava com nomes de peso do cenário nacional como Rui Barbosa e Pinheiro Machado.

Entre os atos que denotam a tentativa de autonomia de Antonio Paes de Barros em relação aos Murtinho, a historiografia local enumera os seguintes fatos: o primeiro deles é que o governador Antonio Paes de Barros teria apoiado o presidente Rodrigues

interrogações. Em novembro de 1901, em pelo governo de João Pedro Alves de Barros, seu primeiro vice-presidente João Paes de Barros (irmão de Totó Paes) dava claros sinais de aliança com Generoso Ponce, afastado de Cuiabá desde 1899 e prestes a encerrar seu mandato de senador. João Paes de Barros reuniu em sua propriedade, a usina Conceição, cerca de 140 pessoas para organizar, supostamente, um motim. Para por fim àquela reunião política, o chefe de polícia, João Aquino Ribeiro (genro de Totó Paes) aprisionou todos na sede. Na madrugada de 04 de novembro de 1901, parte dos prisioneiros (16 ou 17) foram conduzidos a pé para Cuiabá. No meio do caminho, estes homens foram assassinados. Parte dos corpos só foi encontrada no ano seguinte, quando a baía secou (diz a lenda). Embora não estivesse envolvido diretamente, a conta daquela chacina recaiu sobre Totó Paes. O que importa porém, é a importância de analisar esse episódio à luz dos conflitos políticos instados, à época, em Mato Grosso e argumentar se essa não é mais uma etapa da tentativa de eliminar a influência política de Generoso Ponce, uma vez que se tratava de uma suposta reunião política de aliados de Ponce. Outro elemento que alimenta esse questionamento é o fato de esse assassinato nunca ter sido devidamente apurado. E finalmente, o afastamento físico de Generoso Ponce da capital Cuiabá pode ser um indício da real oposição que ele enfrentava naquele momento. Por isso, além do evidente envolvimento de Antonio Paes de Barros, é necessária uma reflexão desapassionada que (re)dimensiona, no âmbito da disputa oligárquica, o episódio da Baía do Garcez.

Alves na assinatura do Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903. Por esse Tratado, entre as condições pactuadas, Mato Grosso cedia uma pequena fração de terras na região da baía Negra, situada entre os municípios de Corumbá e Cáceres para a Bolívia. Em contrapartida, o acordo estabelecia, mediante pagamento, a incorporação do Acre ao território brasileiro¹⁴.

A segunda acusação de traição política que pesa contra Antonio Paes de Barros esta relacionada com sua tentativa de reformular a constituição estadual para aprovar uma proposta de reeleição para o governo do estado. Os rumores das intenções do governador e o receio do fortalecimento político de Totó Paes despertaram a classe política, promovendo a aproximação de inimigos e até mesmo de aliados contra as possíveis pretensões do então governador.

Finalmente, há o fato de que nas discussões para a sucessão presidencial, iniciadas em 1905, Totó Paes teria se mantido ao lado de Rodrigues Alves que apoiava o nome de Bernardino de Campos, então governador de São Paulo, para sucessão presidencial, ao passo que Joaquim Murtinho, tutor político de Paes de Barros, apoiava o movimento suprapartidário chamado “Coligação,” que defendia o nome do mineiro Afonso Pena para a presidência da República.

Toda a produção bibliográfica mato-grossense é unânime em apontar estes como sendo os motivos principais que provocaram o afastamento político de Totó Paes em relação aos Murtinho e a conseqüente reaproximação destes de Generoso Ponce. O ano de 1905 marca não somente a nova aliança entre as velhas lideranças, como o aparecimento, em âmbito local, do periódico *A Colligação*, destinado ao embate político e acusações de toda ordem contra Totó Paes.

A partir daquele momento, acirraram-se as disputavam que vinham sendo entabuladas. Ambos os lados usaram a violência da palavra escrita para o ataque mútuo. De um lado, a oposição se utilizava de *A Colligação* para atacar e mobilizar a “opinião

¹⁴ Na tentativa de tornar claros os motivos de sua anuência em relação ao Tratado de Petrópolis, Antonio Paes de Barros citou os estudos feitos por Augusto Leverger, renomado político mato-grossense do período imperial, demonstrando que a cessão daquelas terras não traria maiores prejuízos para Mato Grosso. A assinatura do trabalho foi utilizada politicamente por Joaquim Murtinho para atacar Totó Paes; ocorre, porém, que ao assumir o governo em 15 de agosto de 1903, as negociações entre o governo brasileiro e boliviano, que se arrastavam desde 1899, já estavam praticamente encerradas, não restando muito a fazer ao então governador de Mato Grosso.

pública” mato-grossense para sua causa; de outro lado, o governo Totó Paes se defendia e contra-atacava por meio do periódico “*O Estado*”¹⁵.

À medida em que o clima de tensão política ia se avolumando, as lideranças de ambos os lados preparavam os homens e as armas para um possível enfrentamento bélico, ou seja o uso explícito da violência. Pensando estar respaldado pelo apoio federal, o governador Antônio Paes de Barros foi até as últimas conseqüências em sua tentativa de se impor como liderança política em Mato Grosso.

No início de junho de 1906, as tropas mobilizadas pela aliança Murtinho-Ponce começaram a se aproximar da capital Cuiabá, estando composta por:

foragidos da justiça da Bolívia, ou chiripás, do Paraguai, ou ainda “arruaceiros incorrigíveis” de Cáceres, como se referiu Dantas Barreto à “Divisão Naval Libertadora”, comandada por Ponce e que desde o dia 16 de maio iniciou a subida do rio Paraguai em direção a Cuiabá, adicionando às suas fileiras as praças do 21.º Batalhão de Infantaria e do 2.º de Artilharia, de Corumbá, além do 19.º de Infantaria de Cáceres, assaltado pelo 2.º tenente do Exército Clementino Paraná. Além de um contingente, provavelmente guardas nacionais do 3.º Regimento de Cavalaria, juntamente com os agregados e camaradas das fazendas de gado de Poconé, sob o comando do coronel Virgílio Alves Corrêa. Do norte de Cuiabá, vindos de Barra do Bugres, Rosário do Rio Acima e Brotas, sob o comando do coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, a “Coluna do Norte”, composta de “seringueiros, lavradores, fazendeiros, comerciantes, magistrados, funcionários públicos.” (PORTELA, 2009: 86 – destaques do autor)

Além de contar com efetivo próprio e com a força pública local, Totó Paes havia solicitado apoio federal e esperava a chegada do efetivo trazido pelo general Dantas Barreto para por fim à tentativa de seus inimigos.

Ocorre, porém, que a ligação mais rápida para chegar a Cuiabá se dava por meio de transporte fluvial, a partir de Corumbá. Sabendo disso, astutamente Generoso Ponce desmobilizou todas as grandes embarcações que poderiam fazer o transporte das tropas. Essa estratégia assegurou o atraso de chegada do reforço federal em apoio a Totó Paes e a conseqüente vitória de seus inimigos.

¹⁵ A utilização dessa fonte se dá em razão de que a mídia impressa tem se apresentado, no contexto da renovação dos estudos da história política, como fonte indispensável que “*cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder*” (LUCA, 2006:128). Nesse sentido, o registro diário dos fatos políticos, por jornais das mais variadas tendências, nos tem permitido acompanhar e interpretar a imbricada teia de poder construída pelos grupos que buscam se estabelecer hegemonicamente no controle da política mato-grossense.

O ato final do conflito “revolucionário” se deu no raiar do dia de 06 de julho de 1906, quando

Totó Paes foi encontrado pelo coronel Joaquim Sulpício, escondido em um matagal. Lá foi assassinado. Seu corpo foi deixado à beira de um córrego, sendo encontrado apenas às 11 horas do dia 6. (...) No mesmo dia de sua morte, foi enviado ao local pelo presidente em exercício, coronel Pedro Leite Osório, o chefe de polícia interino, Alfredo Otávio de Mavigner, acompanhado de dois peritos e três testemunhas para o reconhecimento cadavérico e para o exame de corpo de delito. O auto do exame foi redigido por Flaviano Gomes de Barros. Testemunharam os trabalhos os coronéis Severo José da Costa e Silva, Virgílio Alves Corrêa e Manuel Escolástico Virgínio (com exceção do primeiro, todos opositores de Totó Paes). Os peritos Dr. Estevão Alves Corrêa e o farmacêutico Luiz da Costa Ribeiro Filho, que efetuaram o exame de corpo de delito, apontaram como causa mortis “dois ferimentos por bala, sendo um próximo ao mamelão direito e outro abaixo do conduto auditivo esquerdo.” (PORTELA, 2009: 87/88 – destaques do autor)

Era o fim de mais uma das “revoluções” mato-grossenses.

Nas edições de 22 e 29 de julho de 1906, o periódico *A Colligação* se dedica quase exclusivamente a narrar os detalhes do confronto que pôs fim à atuação política de Totó Paes. O jornal ainda reforça os adjetivos pelos quais Antonio Paes de Barros ficaria conhecido, entre os quais figuram com maior destaque as palavras: *tirano, rústico e assassino*.

Conforme escreve Portela (2009-B), naquele mesmo ano ocorreu o leilão dos bens de Totó Paes, dados em garantia no financiamento da construção da usina Itacy. Supostas ameaças também obrigaram sua família a se retirar, na miséria, para o Rio de Janeiro.

1.3 Linguagens do político: o uso da violência no processo de rotinização das práticas políticas em Mato Grosso.

Durante as duas primeiras décadas do período republicano a violência foi uma das linguagens utilizadas no processo de (re)organização da cultura política brasileira. A quebra brusca da ordem até então vigente, nas suas múltiplas dimensões, fomentou o reforço do poderio político dos coronéis. Não só em Mato Grosso, como em todas as regiões do Brasil, a violência passou a significar mais do que o uso da força em si, ela pode ser interpretada, no âmbito das disputas políticas, como *uma linguagem que representava o poder e a capacidade de subjugar o entorno social e impor uma*

liderança política. Essa linguagem foi amplamente utilizada por coronéis e oligarquias para o acerto de contas em caso de dissensões e de acordos e compromissos políticos não cumpridos e para a permanência de grupos no poder.

Embora não tenha sido o único conflito armado ocorrido em Mato Grosso, o fim do governo de Antônio Paes de Barros (1903-1906) teve grande destaque na história política estadual, talvez por envolver o assassinato de um governador por motivos políticos. Todavia, a historiografia local se limitou até bem recentemente a apenas rememorar os fatos, inserindo-os dentro do contexto das “revoluções” e, não raras vezes, os textos se limitaram a justificar o assassinato sob a alegação dos adjetivos que passaram a dominar a interpretação sobre o comportamento político de Totó Paes.

O trabalho de Menezes, *A morte de Totó política no interior do Brasil* (2007), é o primeiro trabalho acadêmico a enunciar a análise específica do episódio que envolve o desfecho trágico da vida do então governador de Mato Grosso. O livro peca, todavia, por ser baseado exclusivamente na releitura de trabalhos já publicados. Embora levante algumas suposições sobre as possíveis intenções que estariam por trás do movimento “revolucionário”, a ausência de consulta a fontes originais e de um aporte teórico que permitisse a interpretação daquele momento tornaram os resultados do autor aquém do enunciado em suas intenções.

Mas, mesmo depois de tantas décadas de perguntas mal respondidas e de silenciamento em torno daquele episódio, permanece a pergunta que se recusa a calar: qual o significado do uso da violência e da conseqüente demonização (uma outra forma de uso da violência) envolto na representação da trajetória política de Antonio Paes de Barros?

Ao nosso ver, a primeira resposta está relacionada a uma questão conjuntural claramente posta naquele momento. As lideranças políticas mais tradicionais, no início da República, Joaquim Murinho e Generoso Ponce, tinham raízes sociais e econômicas bem fincadas em Mato Grosso. Além disso, eles contavam com uma teia considerável de aliados, que mobilizavam seus poderes e interesses em torno da influência dos Murinho ou de Ponce.

A audácia de Totó Paes provocou a ira de seus opositores, uma vez que a disputa entre os grupos mais “tradicionais” continha, de certo modo, uma ética caracterizada pelo respeito ao capital político estabelecido por cada um deles desde antes do início da

República. Ao tentar romper, num curto espaço de atividade política, com essa ética, e impor um novo segmento de poder, Totó Paes mobilizou as forças políticas, que mesmo contrárias, acabaram se aliando em torno da potencial ameaça política que o usineiro representava.

O cerco a cidade de Cuiabá, a luta armada e mesmo o desfecho da “revolução” de 1906 podem ser interpretados, também, como um recado às pretensões de novas lideranças que pudessem tentar se insurgir sem respeito às regras estabelecidas para o jogo naquele campo político em construção.

Conforme escreve Pierre Ansart (2004: 22), a partir da análise feita dos trabalhos de Nietzsche, Marx e Merton, “nas disputas políticas, o ódio comum possibilita o esquecimento de querelas internas e assegura a união em uma mesma comunhão de ódio”. Mais à frente, fazendo referência ao livro 18 Brumário de Karl Marx, Ansart aponta a conclusão do autor que “estudando os debates da Assembléia Nacional, em Paris, em 1848-1849,[...] mostrou como as facções políticas em desacordo quanto a todos os problemas podiam se unir em torno de um mesmo ódio contra um inimigo comum...”.

Para além do ressentimento que culminou com sua trágica saída do poder, a conjuntura em que se deu a morte de Totó Paes constitui-se em aspecto importante para compreender a imersão de sua biografia política nesta espécie de limbo em que se encontra. A partir daquele momento, a falta de continuidade de um grupo político para justificar e sustentar a versão do governador assassinado e o conseqüente distanciamento em relação a sua atuação política impostos por antigos parceiros, como os Murinho, contribuíram para que sua voz fosse silenciada. A memória que dele foi mantida viva, por meio de jornais e mesmo pela geração política ao qual ele pertenceu, se prendeu aos ressentimentos.

Mesmo sendo um terreno complicado, movediço, esse “restituir e explicar o dever dos sentimentos individuais e coletivos” (ANSART, 2004: 28), pensar a memória da postura política de Totó Paes, que passou a ser cultuada como a de um homem cruel, tirânico, traidor e inescrupuloso, constitui traço importante para entender a dinâmica da (re)organização do campo político em Mato Grosso, na Primeira República.

Essa assertiva se torna clara no caso em questão, pois distanciar-se e isolar-se da figura de Totó Paes foi fundamental para a imagem dos grupos que continuaram na

disputa pelo controle político do estado, já que, conforme escreve Michael Pollack (1989:10), “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”.

Portanto, ao se pensar o discurso histórico como elemento importante da difusão de uma imagem negativa de Antônio Paes de Barros, torna-se igualmente fundamental se pensar no papel político desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Inaugurada em 1919, por ocasião da comemoração do bicentenário do descobrimento de ouro em Cuiabá, a instituição, juntamente com o Centro Matogrossense de Letras, criado em 1921, teve papel central da consolidação da memória histórica local.

Naquele período, imediatamente após o término da intervenção federal, que durou de 09 de fevereiro de 1917 a 22 de janeiro de 1918, o governo do bispo D. Francisco de Aquino Correa (1918-1922) atuou freneticamente no sentido de promover e divulgar a história oficial do estado.

Dessa forma, escritores vinculados ao IHGMT e ao Centro Matogrossense de Letras, entre os quais se destacavam Virgílio Corrêa Filho, Estevam de Mendonça e Jose Barnabé de Mesquita, contribuíram para produzir e organizar a produção de um discurso sobre a história local. Por meio de suas muitas obras que teciam loas aos “grandes” do passado mato-grossense, a história das “revoluções” mato-grossenses preservou mais o relato dos fatos do que a análise de uma produção de sentido. Por isso, os textos não cansaram de narrar ponto-a-ponto “as maldades” que justificaram a queda de Totó Paes e a “libertação” do povo mato-grossense das garras da “tirania” que ele representava.

Esse processo de “demonização”, ou o uso da violência das palavras para a detração do sujeito, também se explica segundo o que escreve Pollak (1989:09), porque:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum (...) eis as duas funções essenciais da memória comum.

Desse modo, na década de 1920, momento em que as lideranças cuiabanas concluíam o processo de (re)organização de suas práticas políticas e que procuravam se posicionar em relações a segmentos políticos e econômicos emergentes, como as

lideranças do sul do estado, o IHGMT cumpriu o papel de consolidar a memória de seus heróis e referências políticas, sobretudo aqueles que se tornaram objeto de culto da elite cuiabana. Diante da impossibilidade de apagar a memória de Antonio Paes de Barros, restava expor para o público o que de pior esse sujeito histórico representava para a história política local.

A demonização é mais um aspecto que denota os mecanismos utilizados pelos grupos que lutavam para se estabelecer no poder e que se perpetuaram através outras lideranças políticas e também de outros sujeitos, como os escritores ligados ao IHGMT, como é o caso principalmente de Virgílio Corrêa Filho que, ao se tornar uma espécie de porta-voz da história oficial, transformou uma espécie de memória em história.

Nesse processo de consolidação de uma memória oficial que, a falta de novos estudos contribuiu para perpetuar como verdade, é importante se perguntar sobre os não-ditos ou o silenciamento, que envolvem a participação direta na morte de Totó Paes, de figuras como Generoso Ponce, Pedro Celestino e mesmo de Joaquim Murтинho e que permanecem sem resposta até hoje. Aprofundar o estudo daquele momento é, ao meu ver, para além da desconstrução das imagens de heróis ou vilões, situar o papel que cada ator político desempenhou no cenário da (re)organização política ocorrida na Primeira República; em outras palavras, é uma forma de entender como a formação do campo político local possibilitou a produção do discurso que cercam os episódios de 1906.

À espera de novas interpretações resta o silêncio contido na variante até agora dominante. Sem eco, a versão do grupo ao qual pertencia Antônio Paes de Barros sobre aquele momento da política local permanece encoberta, assim como ficou seu corpo, por muito tempo enterrado próximo à Fábrica da Pólvora, onde dois tiros colocaram fim à última das “revoluções” mato-grossenses.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

BARRETO, João Francisco Novaes Paes. *As revoluções de Mato Grosso e suas causas*. Cuiabá: IHGMT, 2005.

BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.

- CARONE, Edgard. *A república velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. (Coleção Corpo e Alma)
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Co-editora Brasília, 1922.
- _____. *Monographias Cuiabanas: À sombra dos Hervaes Mattogrosenses*. (Vol IV). São Paulo: S. Paulo Editora Ltda, 1925.
- _____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1969.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Edunb, 1980.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FRANCO, Gilmar Yoshihara. *O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana – 1920-1940*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.
- LESSA, Renato. *A Invensão Republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Iuperj; São Paulo: Vértice, 1988.
- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MENDONÇA, Rubens. *História das revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *A morte de Totó Paes: política no interior do Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). *História: Novas Abordagens*. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, pp. 03-15.
- PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009 (A), 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- _____. O povo na Primeira República em Mato Grosso. In: *Documento Monumento*. Cuiabá, vol. 01, no. 01, 2009(B), pp. 127-142.

PÓVOAS, Lenine C. *O ciclo do açúcar e a política em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2000.

SOUZA, Antônio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros e a política em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.